



Uma muito curta história de Bragança por J. Chrys Chrystello

A **MINHA LEITURA** para UMA CURTA HISTÓRIA SOBRE BRAGANÇA

Todos os anos tem sido norma minha evocar a história, e falar um pouco da Bragança ancestral. Sem o conhecimento da História de nada serve o saber contemporâneo e devemos servir-nos daquilo que a História nos deixou para não repetirmos erros do passado que deram lugar à extinção de grandes civilizações as quais não souberam aprender os ensinamentos dessa mesma história que se repete e perpetua.

Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por milhares estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes decorrentes da sua rica história mas a sua modernização está bem patente. Do Teatro ao Centro Cultural Municipal, Bragança dispõe já dum apreciável leque de oferta cultural, contando com um número apreciável de Museus. Vamos pois partilhar convosco um pouco da História desta terra.

A antiga Cidade de origem neolítica, foi, posteriormente, um importante centro romano localizado na zona atual da Sé, onde nos encontramos. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que ora podem ser observados em exposição.

Segundo muitos escritores Bragança foi fundada por Brigo IV, rei de terras que hoje são Espanha, no ano de 1906 antes de Cristo. O douto Abade de Baçal, porém, reputa essas afirmações dado como lendária a existência desse rei Brigo. A princípio chamava-se Celobriga, mais tarde Brigâncio ou Brigância. No tempo dos romanos era Bragança já uma cidade de grande importância, a que Augusto César pôs o nome de Julióbriga, em homenagem a seu tio Júlio César, que a tinha re-edificado e fez município do antigo direito latino." (Dr. Rocha Martins 1889). Derivou de Briganti, como se vê nos Brigantinos. Não se julgue que não houve outras Brigancias. Quicherat regista uma cidade Brigantia na Gália Cisalpina (hoje Briançon), e também Brigantia, cidade da Vindelícia, região entre os Alpes e o Danúbio. Todas essas Brigantiae devem ter origem celta. Brigantia passou a Bragança por meio de uma forma Bregança. Talvez que a forma Braga ajudou a passar-se Bregança para BRAGANÇA. (Prof. Dr. Vasco Botelho do Amaral - 1949). A primeira povoação, bastante importante, foi fundada anteriormente à era cristã. Talvez no ano de 1906 antes de Cristo.

Mais se sabe que ao avizinhar de meados do século X, – contemporaneamente, portanto, ao repovoamento

da região vimaranense pelo conde Ermenegildo Gonçalves e por sua consorte, a célebre Mumadona, condessa, tia de Dom Ramiro II rei de Leão – as terras de Bragança eram senhoriadas por um irmão daquele, o conde Paio Gonçalves. Com o andar dos tempos, essa tenência veio a encabeçar-se num dos ramos dos Mendes, e em Julho de 1128 senhoriava-a aquele Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento de 7 de Julho desse ano mostra integrado na corrente política de apoio ao movimento de independência que se afirmava sob a égide do moço infante. Ainda no mesmo século mas já nos seus fins, em 1199, as desavenças de Dom Sancho I com o rei de Leão Afonso IX – motivadas por razões políticas e acentuadas por ter este repudiado sua esposa, a infanta Dom Teresa, filha do monarca português – estenderam a luta a Bragança, sofrendo a terra, e as fortificações então porventura existentes, os efeitos do cerco posto pelo rei leonês, até serem disso libertadas pela ação de Dom Sancho.

Durante as guerras entre cristãos e mouros foi saqueada e ficou completamente arruinada, tendo sido reconstruída no século XII, no local onde se encontra atualmente. Dom Sancho I concedeu-lhe foral em 1187. Nascida nos confins do tempo, destruída pelas lutas cristãs – islâmicas, reconstruída numa tentativa de povoamento, em território pertencente ao Mosteiro Beneditino de Castro de Avelãs por cedência de outras e quicá mais vastas áreas, por Fernão Mendes, um homem rico e cunhado do primeiro rei português, Dom Afonso Henriques, Bragança só em 1187, com Dom Sancho I no intuito de fixar moradores vem a conhecer o primeiro foral. Ter-lhe-ia sido dado esse foral pela sua afetiva importância militar, uma vez que se situava na linha de fronteira com a Galiza?

Depois duma tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família do primeiro Rei de Portugal, o Rei Dom Sancho I no intuito de fixar moradores concedeu a Bragança em 1187, um foral com grandes privilégios "*aquelos que son, e que an de veir por sempre*", tendo sido construído nessa época o castelo no lugar de Benquerença, pertencente aos frades beneditinos do Mosteiro de Castro de Avelãs. Numa carta de escambo feita entre Dom Sancho I e os frades de castro de Avelãs, datado de 1187, por um lado, valida-se a cedência pelo Mosteiro da Quinta de Benquerença ao poder central e, por outro, legitimava a passagem para a instituição eclesiástica, da vila de São Julião e da igreja e do vilar de São Mamede, com os respetivos termos, e declarava os povoadores isentos do pagamento do portático in *civitate braganaciae Nec in suo termino*.

Discordando de Frei Agostinho de Santa Maria, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no verbete "Benquerença" do seu "Elucidário" apontava a "pouca exaço" com que se escreveu ter sido Fernão Mendes de Bragança, casado com a Infanta Dona Sancha, filha do conde Dom Henrique, o responsável pela re-edificação de Bragança, terra que se encontrava, então, num estado de grande abandono. Contudo, não negava completamente que o Braganção, que, se aqui residiu, apenas o fez esporadicamente, pelo seu estatuto de *tenens*, podia ter mostrado preocupações com a ocupação do espaço.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Ali se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*, precioso exemplar da arquitetura românica portuguesa do século XIII. O foral dava-lhe grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo. Em 1253 importante foi o foral que Dom Afonso III concedeu aos moradores da "vila" cujas disposições eram aplicáveis a "todas as povoações do seu termo". No Verão de 1286, Afonso Rodrigues, um representante do Rei Dom Dinis em terras de Bragançae de Miranda do Douro, adquiriu umas casas com a finalidade de "*se meterem no alcaçar de Bragança*" intentando, assim, edificar ou acrescentar a alcáçova, a parte do castelo destinada a habitação do seu governador ou alcaide. O cronista Rui de Pina, que assinalou a passagem da comitiva que conduzia Dona Isabel ao encontro do rei-poeta não mencionou quaisquer obras em curso no castelo de Bragança. Mas nessa altura, alguns homens bons foram

enviados à Corte para representarem a Dom Dinis o estado dos muros de Bragança "*derribados e mal parados*" situação que justificavam com os "agravamentos" que a população recebia dos judeus e com os descuidos praticados por algumas povoações foreiras fo rei, que se eximiam ao pagamento da tributação que lhes tinha sido lançada.

No reinado de Dom Afonso IV (1325-57), são atribuídas à vila as terças das igrejas da região "para reparamento dos muros". Este facto é confirmado numa carta escrita por Dom Fernando, onde afirma que a cerca está deteriorada e a requerer muitos trabalhos, finalmente levados a cabo em finais desse século. A Torre de Menagem é então construída tendo demorado 30 anos a concluir. De arquitetura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras, as suas linhas apresentam semelhanças com alguns castelos ingleses, do mesmo período.

Com a batalha de Aljubarrota em 1385, Bragança, Vinhais e Mogadouro foram anexadas a Castela em 1397 e só retornaram a coroa portuguesa em 1400, data em que se percebeu a necessidade de fazer obras no castelo e o tornar inexpugnável. O estaleiro formou-se em 1409 em vida de Dom João I. Em 1433 no reinado de Dom Duarte foi construída a torre sob a supervisão de Diogo Gonçalves, teor, Martim de paço, administrador e contador régio em Trás-os-Montes e de João Cotrim, vedor.

Em 1464, a pedido do 2º Duque, Dom Fernando de Bragança, recebe de Dom Afonso V, o foral de cidade e a partir daí cresceu depressa. Dom Fernando ofereceu-a como dote a Joana Teles, uma das suas cunhadas, irmã de Dom Leonor Teles por casar com João Afonso Pimentel que se recusou a entregar o castelo a Dom Nuno Álvares Pereira por o castelo ter alçado o pendão por Castela. Anulados os direitos deste fidalgo, o castelo voltou à coroa. Voltou à Coroa e foi dada, como ducado, a um filho natural de Dom João I, ficando então definitivamente na posse da Casa de Bragança. Em 1442, durante a menoridade de Dom Afonso V, o regente Dom Pedro doá-lo-ia ao conde de Barcelos e de Bragança. Tornou-se Ducado em 1442, tendo como primeiro duque Dom Afonso, filho ilegítimo de Dom João I e genro do Condestável, Nuno Álvares Pereira, tornou-se uma das mais importantes casas da Europa. Dela sairão mais tarde alguns dos reis portugueses. Em 1455, é-lhe concedida uma feira franca, o que revela bem a importância do burgo, e Dom Afonso V eleva-a à categoria de cidade em 1466. na primeira década do século XVI, Dom Manuel I manda Duarte D'Armas peregrinar em toda a zona raiana com o fito de colher apontamentos sobre o estado, aptidão configuração e implantação dos castelos no conjunto do tecido edificado. Os seus debuxos mostram a imponência do castelo de Bragança, que já integrava uma imponente alcáçova. Ainda que fracamente impulsionada pelos seus duques, a cidade veio a conhecer relativo desenvolvimento com os Judeus, que nela encontravam acolhimento e "asilo quase seguro". Em 1560 constrói-se o colégio dos Jesuítas.

Bragança desenvolveu-se ao abrigo do seu castelo, aninhada num terreiro de quase três hectares, defendido por uma linha de muralhas com o vértice orientado a Oeste, sentido em que cresceu o arrabalde, depois incorporado na vila. Aí, entre dois dos torreões que lhe servem de reforço, rasga-se a Porta chamada de Santo António, defendida por uma barbacã, na qual se situa, a Porta da Vila, denominação que deve ter sido anterior aquela – pois a barbacã é de construção posterior à muralha, como sugere a diversidade de estilos das referidas entradas, de volta redonda a primeira e ogival a segunda. Na face oposta a esse lado, abria-se a Porta da Traição, habitual saída de recurso de volta para os campos, porta esta que, conjuntamente com a adjacente muralha, foi há pouco reconstruída.

Adossada exteriormente à muralha, na sua face norte, acha-se a Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Destas tragédias sobressaem a da infanta Dom Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de Dom Leonor, infeliz esposa, e injusta vítima, do muito ciumento Dom Jaime, Duque de Bragança. Na face sul, um

saliente quadrangular termina pelo chamado Poço d'el-rei, construção de defesa duma cisterna, da qual lhe adveio o nome. Aqui se viria a edificar a famosa Domus Municipalis, Com uma forma de pentágono irregular, a sua singularidade não se limita à arquitetura, de que é exemplar único em toda a Península Ibérica. De origem misteriosa, os historiadores não conseguem datar com precisão a época da sua construção. Enquanto alguns autores a situam no século XII, outros defendem a teoria de que terá sido erguida no século XV, sendo o seu estilo românico civil tardio.

Outras teses chegam a atribuir-lhe uma raiz romana ou grega. Ao certo, sabe-se que foi sobretudo um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada – a "Sala d'Água" –, tendo o piso térreo sem divisões e com uma bancada de granito ao longo das paredes – a Casa da Câmara – servido como lugar de reunião dos "homens bons" do concelho, a partir do século XVI. Poderá igualmente ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, já que a cidade era um importante ponto de passagem.

Ultrapassado o século XIII, e quando recentemente falecido Dom Dinis, cuja ação se fizera sentir no incremento dos trabalhos construtivos do castelo, novamente esteve este em estado de alarme. Com efeito, Dom Afonso IV, subindo ao trono em 1325, logo moveu perseguição contra o mais idoso dos seus irmãos ilegítimos, Dom Afonso Sanches, confiscando-lhe os bens que possuía em Portugal; e este, em defesa dos seus interesses, moveu guerra ao monarca, vindo da vila de Albuquerque, onde então residia, invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo, até que, por intervenção da Rainha Santa, se fez a paz. Século e meio depois, no decurso da campanha de 1369, movida contra Dom Fernando por Henrique I de Castela, a resistência de Bragança foi dominada pelas tropas castelhanas, que se assenhorearam da vila, tudo voltando, porém, a posse portuguesa ao assentar-se a paz de Alcoutim (1371). Nos anos de crise dinástica e de guerra que se seguiram à morte de Dom Fernando, as versatilidade políticas do alcaide João Afonso Pimentel fizeram mudar de mão, por mais de uma vez, o castelo de Bragança. Partidário da herdeira do trono, Dom Beatriz, e de seu marido, o rei de Castela, só em 1386, e por diligências do condestável reconheceu a autoridade de Dom João I; porém, doze anos depois, tendo o rei deixado sem castigo o assassinato de sua filha, Dom Brites, praticado pelo marido, alcaide de Évora, Martim Afonso de Melo, resolveu, como represália, voltar ao partido do monarca castelhano, e, emigrando para Castela, fez-lhe menagem do seu castelo, o qual, com a povoação, só em 1400 foi restituído a Portugal, pelo assentamento de tréguas negociado em Segóvia.

Nos séculos seguintes ainda se mantiveram as vicissitudes de Bragança e de seu castelo inseridas na história geral da Nação. Em 1580, por ocasião da segunda crise dinástica portuguesa, subsequente à morte do cardeal-rei D. Henrique, foi aquela terra uma das primeiras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, Dom António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas, enviadas pelo Marquês de Sarria à invasão de Trás-os-Montes, em 1808, ergueu-se valorosamente contra o invasor napoleónico.

Situada no alto da colina da Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal, Extinto em 1958, o Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, alberga atualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Percorrê-los é ficar a conhecer um pouco mais da nossa História e ter oportunidade de refletir como todo o equipamento bélico usado era afinal tão inofensivo, se comparado com as novas armas de destruição maciça. Vale a pena começar pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. O primeiro piso, além da cisterna, apresenta, na Sala do Gugunhana, interessantes artefactos utilizados por diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial em África. A partir do segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, num total de 14 divisões, desde a Sala Dom Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, estando patente em cada uma, o armamento utilizado na

época correspondente. Assim, às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do século XVII, as carabinas e sabres do século seguinte. O primeiro conflito mundial termina a extensa coleção, com uma série de fotografias e postais mostrando soldados portugueses na frente da batalha.

No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas rodeadas de muros baixos crescem figueiras, cerejeiras e legumes, mas a ânsia de verdura dos seus moradores não parece satisfeita pelos extensos contornos do Parque Natural de Montesinho que se avista do cimo das muralhas. Os jardins prolongam-se nas vielas estreitas, em vasos muitas vezes improvisados onde crescem flores de todas as cores. Logo que chega a Primavera, cada pedaço de solo bravio enche-se de papoilas e malmequeres, sobrevoados por bandos agitados de pardais. Junto à fachada oeste do castelo, abrigado agora por uma alameda de grandes plátanos, encontra-se o velho pelourinho, onde eram castigados os criminosos da época medieval. Curiosamente, a coluna está assente sobre uma figura suíno-mórfica, a que os locais chamam de "Porca da Vila", e que representa um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, o seu culto era uma prática característica dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços, cujas extremidades são decoradas com carrancas.

Encravada nas montanhas do Nordeste Transmontano, a antiga Bragança, olha com orgulho, do alto da sua cidadela, todos quanto a ignoram sem que a conhecerem. Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, sirgaria e outros tecidos de luxo. Infelizmente a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo averiguou o sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência. Apesar do gesto meio tardio e das contínuas guerras e consequentes devastações que a assolaram, Bragança – ainda que obrigada a render-se aos espanhóis em 1762 e ocupada pelos franceses em 1808 – contra todos se revolta, persistiu em continuar bastião português.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença ativa do *Parque Natural de Montesinho* <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>. Da Rua Direita, subindo pela "Costa Grande" entramos no labirinto da Cidadela com ruas de aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa "A Porca da Vila," um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. Lá eram amarrados e castigados os réus de grandes delitos. O Castelo, com as suas duas cinturas castrenses, pelo interior das quais se estende a cidadela, hoje ainda surpreendentemente bem conservada e habitada, é um dos mais bem preservados de Portugal.

Franqueando os dois arcos da entrada que não conservam já as antigas portas, depara-se-nos a alta torre de menagem, gótica, com 33 metros de altura e 17 de base, erguida no reinado de Dom João I, ao qual a praça – forte aderira com prontidão. Já não existe a ponte levadiça, mas uma enorme porta que, no entanto, não dá acesso à torre. Este faz-se por extensa escadaria exterior, pela qual se pode penetrar em vários pisos. E se, no fundo, se podem ver a cisterna e o ergástulo (cárcere) – de meter medo ao mais bem-intencionado forasteiro – , lá no alto, espreitando pelas ameias, de onde, em remotas eras, os defensores davam as boas-vindas aos atacantes com grandes caldeirões de líquidos ferventes (azeites, seiva de pinheiro, etc.), poderá agora

desfrutar-se uma inolvidável paisagem, do melhor miradouro da cidade. Admirada a Domus Municipalis que se pensa ter sido edificada como casa de água, fazendo a cachorraria interior e exterior converter para a cisterna e sua nascente as águas pluviais, que mais tarde se tornou o lugar de reunião dos "homens bons" do concelho, devemos parar a admirar as janelas góticas da Torre de Menagem, onde existe hoje o valioso Museu Militar.

Não vos falarei das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. A Torre é uma construção de carácter militar, possivelmente depósito defensivo de armas, que representa, de forma arquitetónica eloquente e de indiscutível evidência, a história da ocupação por povos estranhos ao território português do Nordeste Transmontano. Do ponto de vista estratégico-militar, a Torre da Princesa poderá ser designada como *casamata*, ou seja, um recinto de acentuada verticalidade, aproximadamente quadrangular no seu interior, que deixa supor a sua finalidade de atalaia defensiva. Ali existem janelões gradeados, inacessíveis a quem circulava em volta dela, sem seteiras ou outras aberturas. Parafraseando Dom Duarte no seu "Leal Conselheiro" *"yra que resulta de huu arrebatado fervor de coração, por desprazer que sente, com desejo de vingança). E à princesa meteram-na em u carcer, ignorando-a..."*

Foi nesta Torre que o IV Duque aprisionou a sua mulher, Dom Leonor. Constava que ela era tão linda que ele não deixava que mais nenhum homem a olhasse. Contudo, ao retirar-se com a Corte para Lisboa, assassinou-a. Visitaremos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, de origem românica, mas na qual se misturam o estilo renascença e o barroco, em consequência da transformação que sofreu aquando da sua reconstrução no século XVIII. Esta é também a época da pintura que se pode ver no teto da igreja. Podemos sair pela Porta da Traição e ver a Igreja de São Bento, padroeiro da cidade, apresenta uma pintura do teto, atribuída ao pintor religioso Bustamante, considerada uma relíquia do barroco nordestino.

De seguida podemos percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre Museu Abade de Baçal, <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt> que aguarda a vossa prolongada visita. O Museu estende-se por dois andares e pelo jardim do antigo Paço dos Bispos. Nas suas bem recheadas salas podem apreciar-se notáveis obras de arte, desde alabardas da época de Bronze e esculturas zoomórficas pré – romanas a móveis dos séculos XVII e XVIII, retratos, pinturas, faianças, etc. É certo que muito tempo será necessário para o visitante percorrer o museu e admirar o recheio de todas as salas; mas também é certo que, numa próxima vinda à cidade, não prescindirá de rever o velho museu, que o carinho do abade de Baçal transformou num dos melhores deste país.

Outra das lendas diz que na Igreja de S. Vicente se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei Dom Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal. Rica em arquitetura religiosa – mais do que na civil -, em que os estilos se confundem um pouco mercê das destruições havidas e posteriores reconstruções, oferece-nos, ao descer as ruas que dão acesso à cidadela, a Igreja de São Vicente, primitivamente românica (século XIII) e reconstruída no século XVII. Embora o pórtico de acesso seja renascentista, esconde no interior uma capela rica em talha dourada e com uma abóbada pintada e igualmente dourada. À volta da nave, tem interessante azulejaria do século XVII; lateral e exteriormente, encontra-se também um painel de azulejos, alusivo à proclamação, em 1808, do general Sepúlveda contra a ocupação napoleónica. De interesse ainda o artístico fontanário situado na parede deste painel.

Foi nesta igreja, segundo reza a tradição, que teve lugar o casamento secreto de Dom Pedro I com Dom Inês de Castro, abençoado pelo deão da Sé da Guarda. A mesma tradição conta que Dom Isabel, que se dirigia para Trancoso para a celebração do seu casamento com Dom Dinis, pernitoou na (até há pouco) Igreja de São Francisco (que posteriormente dotou de grandes bens). Esta ao tempo era convento, segundo a tradição

edificado na presença de São Francisco de Assis. Mais tarde, foi convertido em hospital militar e ainda, depois, em asilo. Dignas de atenta observação são a Capela da Casa da Misericórdia, com um retábulo de talha dourada do século XVII, e a velha Igreja de Santa Clara (conventual), onde novamente se confundem o estilo renascença com o barroco, e que possui uma apreciável pintura no teto, datada do século XVIII.

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada. A velha Sé – Catedral, é um templo quinhentista doado aos Jesuítas, que aqui instalaram um colégio até à data da sua expulsão. Pouco depois, este templo foi doado à Mitra de Miranda, mais tarde transferida para Bragança. Também aqui o estilo renascença se deixou infiltrar pelo barroco, sendo de apreciar as suas janelas trabalhadas e, no interior, o rodapé de azulejo do século XVII, o retábulo de talha dourada e o teto da sacristia, apainelado e pintado com o arco renascentista - um arco triunfal - Dominado pelo brasão da cidade. A igreja liga com o claustro onde funcionava o colégio jesuíta, mais tarde adaptado a liceu, a que dava vida uma imensa e azougada população flutuante de estudantes. Em frente da Sé e representante da arquitetura civil, ergue-se o Solar dos Caladinhos, com uma pedra de armas; pouco mais abaixo, encontra-se a Casa dos Vargas, com uma interessante fiada de varandas com grades de ferro, e a Casa do Arco, também ela velho solar, construída no século XVII, com pedra de armas e uma fachada dupla para duas ruas, ligadas por um curioso arco transversal coberto. Mas a velha urbe transmontana tem mais para oferecer ao visitante. Um passeio pela Estrada do Turismo, ladeada de frondosas árvores, põe agora a cidade a seus pés, numa espetacular policromia, e permite-lhe ainda subir ao cabeço de São Bartolomeu, onde poderá entrar na pequena mas interessante ermida, de onde se desfruta um panorama inesquecível. Depois, percorrendo a estrada do circuito, está-se de regresso à cidade. Vale ainda a pena descer a Estrada do Sabor e, na sua magnífica praia fluvial, à sombra das árvores, observar os peixes do rio e gozar um sossego cada vez mais raro.

Em 1906 chegou o comboio a Bragança. O Espaço Museológico de Bragança fica situado no centro da cidade, na área da antiga estação ferroviária e ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação términos da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional e do Porto à Póvoa e Famalicão. Durante a década de 60 constroem-se a Escola Industrial e o Liceu Emídio Garcia. Em 2004 foi inaugurado o local onde hoje estamos. O novo Centro Cultural Municipal de Bragança veio dar uma nova vida ao antigo edifício, com cerca de 400 anos, onde funcionou a Escola Preparatória Augusto Moreno. O edifício reconstruído – que também foi um Colégio de Jesuítas até 1759 e Seminário Diocesano até 1766 – dá agora lugar a um espaço adaptado às novas valências “orientadas para a promoção de atividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras”. Na Casa da Cultura de Bragança está instalada uma biblioteca municipal, um conservatório de música e um espaço dedicado à “memória da cidade”. A biblioteca municipal ocupa uma área de 1.830 metros quadrados. O conservatório de música ocupa uma área de 591 metros quadrados. Já o espaço dedicado à “memória da cidade” é uma área onde se poderá ver, através de registos gráficos, documentação histórica, maquetas interativas e outras exposições, a “evolução” de Bragança enquanto cidade. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos caretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas.

AS FESTAS DO NATAL (e as máscaras diabólicas)

Na região compreendida entre os concelhos de Freixos de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Bragança, intervém um tipo especial de mascarados no ciclo das Festas do Natal: os "caretos", "chocalheiros", "zangarrões" – "mascarões". A despeito de se apresentarem como as personagens mais características, eles

atuam, incongruamente, como meros mendicantes ao serviço da igreja, percorrendo as localidades a recolher esmolas, na companhia dos respetivos mordomos. Em Bemposta (Mogadouro), onde o costume mantém plena vigência, essas personagens saem nos "dias do chocalheiro", a 26 de Dezembro a 1 de Janeiro, a partir da meia-noite. Máscara e indumentária são pertença da aldeia, e durante o ano ficam à guarda da igreja. O cargo de "chocalheiro" é leiloado todos os anos pelo mordomo da festa, mantendo-se os licitantes em segredo, atinge somas por vezes vultuosas e é exercido em cumprimento de promessas. Na companhia dos mordomos, o "chocalheiro" percorre a freguesia batendo a todas as casas e recolhendo as esmolas que ninguém lhe recusa. Exercendo prerrogativa de exceção, entra não raro nas casas e delas leva o que bem entende, especialmente chouriços. A sua atuação na rua é insólita e temida, sobretudo pelas mulheres solteiras, com quem permite liberdades licenciosas, e também pelo rapazio, que foge espavorido, gritando com todas as forças: "Vem aí o "chocalheiro" – Vem aí o diabo!". De facto ele exhibe vários atributos conotados com o diabo, além da máscara, o fato azul mostra uma série de listas brancas e vermelhas, uma caveira pintada nas costas, um rabo de crinas comprido, uma bexiga de porco pendente do capuz e uma figura de serpente a tiracolo. A tradição local consagra a superstição de que, se alguém morre no dia em que ele deambula pelas ruas, vai para o inferno, o mesmo sucedendo àquele que por ventura morra investido naquela figura. Na verdade, a atuação destes "caretos" denuncia uma personalidade que os situa no Domínio do fantástico. Assumindo inteiramente uma natureza diabólica, a sua aparição impõe pelo terror a presença de um ser que se coloca fora da lei e das convenções, que escapa às normas quotidianas e autoriza o que é interdito. Aos olhos das gentes das raras aldeias em que sobrevivem, aparecem como uma verdadeira entidade mágica, sombria e inquietante, mas necessária. E pode pensar-se que sua aceitação se justifica por conter um sentido vago de proteção da comunidade, sendo através deles que se normalizam certas forças estranhas e difusas que nesse período se creem desencadeadas. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas de habitações da região ou dos carretos, as máscaras de madeira tipicamente transmontanas e disponíveis para todos os presentes aos Colóquios Anuais da Lusofonia pela presença anual de artesãos que a CMB convida.

[regressar página inicial](#)